

## **GUIMARÃES, Francisco de Paula**

\* const. 1891; dep. fed. BA 1891-1908.

*Francisco de Paula Oliveira Guimarães* nasceu em Salvador no dia 6 de agosto de 1852, filho de Antônio Ferreira de Oliveira Guimarães e de Ana Hermília Guimarães Machado.

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador e em seguida matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de bacharel em 1873. Depois de formado ingressou no Corpo de Saúde do Exército, onde iniciou carreira como tenente segundo cirurgião. Foi promovido a capitão primeiro cirurgião em 1885, e a major cirurgião-mor de brigada e a tenente-coronel em 1890.

Quando das eleições realizadas em 15 de setembro de 1890 para o Congresso Nacional Constituinte, foi indicado candidato pelo Clube Militar da Bahia e logrou conquistar uma cadeira de deputado. Nos trabalhos constituintes teve uma participação efetiva. Aprovou o ato do governo provisório que mandou eliminar dos arquivos públicos os documentos relativos à escravidão no Brasil e posicionou-se a favor da completa liberdade religiosa, defendendo a ideia de que o governo federal não deveria intervir nem em relação aos estados, nem em relação aos cidadãos. Defendeu que fosse dada aos estados liberdade para regulamentar a questão religiosa da forma que melhor entendessem, nos termos da emenda apresentada pelo deputado baiano Inácio Tosta. Protestou, inclusive, contra a proibição do direito de voto aos religiosos, pois entendia que “ninguém pode ser declarado incompatível por ser ministro ou crente de uma religião”. Votou a favor da emenda de organização judiciária proposta por seu colega de bancada Anfilóbio de Carvalho.

Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Votou, também,

a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos estados um adicional de 15% sobre as importações. Apoiou a emenda do senador Virgílio Damásio, que propunha a concessão de uma pensão vitalícia a dom Pedro II. Defendeu que os atos do governo provisório só poderiam ser alterados ou revogados pelo Congresso em legislatura ordinária. Colocou-se contra a emenda de Nilo Peçanha que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados pelo governo provisório, que estivessem no cargo no momento do pleito, ou que houvessem exercido o governo local até quatro meses antes das eleições. Considerava que o assunto dizia respeito unicamente aos estados e que a Assembleia não tinha condição moral para tratar do tema, pois havia desincompatibilizado o marechal Deodoro.

Foi um dos que propuseram a criação do Supremo Tribunal Militar, colocando-se contra o recrutamento compulsório, a isenção pecuniária e as substituições individuais, e a favor do sorteio após prévio alistamento. Apoiou a emenda do deputado Batista Mota, que estabelecia a nacionalização da navegação de cabotagem, e a mensagem-moção apresentada pelo deputado Ramiro Barcelos, que pedia ao marechal Deodoro e a todo o governo provisório para que permanecesse no poder. Votou também a favor da moção corretiva de Ramiro Barcelos que reservava à Assembleia unicamente poderes constituintes.

Promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893. Ao final da legislatura obteve sucessivas reeleições, que lhe garantiriam uma cadeira na Câmara até dezembro de 1908. Entre dezembro de 1896 e dezembro de 1899 exerceu cumulativamente o mandato de intendente de Salvador. Em 1902 foi promovido a coronel e em 1904 a general de brigada graduado. Integrou na Câmara várias comissões, entre elas a de Orçamento, da qual foi relator, e foi também presidente da Casa de 1903 a 1907. Ao encerrar o seu

último período na presidência foi alvo de várias homenagens por parte de todas as bancadas dos diversos estados, inclusive da oposição. Considerado um conciliador, que buscava sempre o entendimento, que nunca se utilizou das prerrogativas da presidência para obter ganhos pessoais ou para atacar seus eventuais adversários, era por isso mesmo acatado por todas as bancadas. Ainda no desempenho de seus mandatos buscou sempre prestigiar sua terra natal, conseguindo, entre outras vitórias pessoais, o reconhecimento pelo governo federal da Escola Comercial, que, em decorrência, passou a receber subvenção. Foi também o responsável pela aprovação e liberação de verbas para a conclusão das obras de recuperação do prédio da Faculdade de Medicina da Bahia.

Com a cisão do Partido Republicano da Bahia em 1907, resolveu manter-se neutro, sem apoiar a Luís Viana ou Severino Vieira. Essa decisão terminou por lhe custar a reeleição para a legislatura 1909-1911.

Foi irmão da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, sócio benemérito do Centro Operário, e sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Faleceu em Salvador no dia 23 de abril de 1909.

Casou-se com Maria Cândida Guimarães, com quem teve três filhos.

*Jaime Oliveira do Nascimento*

**FONTES:** ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, B. *Elogio* (p.97-104); *Bahia* (23,24/4/1909). Dr. Paula Guimarães; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Diário da Bahia* (24,25/4/1909). General Dr. Francisco de Paula O. Guimarães; *Gazeta do Povo* (23, 24/4/1909). General Dr. Paula Guimarães; *Jornal de Notícias* (11/1/1907). De viagem, Dr. Paula Guimarães e General Dr. Paula Guimarães; PRAZERES, O. *Bahia*; RUI, A. *História*.